



Prefeitura do Município de Cantagalo
ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

Lei nº. 994 de 06 de abril de 2017.



SÚMULA: Institui o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Cantagalo - PROMIDEC.

Faço saber que a Câmara Municipal de Cantagalo, Estado do Paraná, aprovou, e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Econômico e Social do Município de Cantagalo – PROMIDEC, nos limites nos recursos disponíveis e em consonância com as diretrizes do Governo Municipal, assessorado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, Social e Industrial, poderá conceder incentivos destinados à instalação de novas indústrias, a transferência, ampliação ou criação de filiais já existentes e ao fomento das atividades industriais.

Art. 2º - O PROMIDEC tem por objetivo gerar novos postos de trabalho, viabilizando incentivos diretos a empresas, buscando contemplar o interesse público justificado na geração de emprego e renda, mediante a prévia demonstração de interesse público, nos termos desta Lei, possibilita o incentivo às empresas industriais e/ou comerciais, de prestação de serviços e agroindustriais que empreguem em suas atividades-meio processos industriais em geral, levando em conta a função social decorrente da criação de empregos e renda e a importância para a economia do Município.

Art. 3º Ficam excluídos do direito aos benefícios desta Lei aquelas empresas e instituições que:

§ 1º - A qualquer tempo tenham sido beneficiados com incentivos pelo Município, e não tenham atendido aos propósitos que justificaram a concessão dos mesmos;

§ 2º - Tenham débitos vencidos perante a Fazenda Pública Federal, Estadual e Municipal;

§ 3º - No período anterior a 5 (cinco) anos, tenham alienado área de terras de sua propriedade que pudesse ser utilizada para o empreendimento candidato aos incentivos.



Prefeitura do Município de Cantagalo

ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

Art. 4º - Para fins de instalação e ampliação de atividade econômica, considerando a função social e expressão econômica do empreendimento, os estímulos e incentivos poderão constituir-se, isolada ou cumulativamente em:

- I - execução no todo ou em parte dos serviços de terraplanagem, transporte de terras, materiais de construção, infraestrutura necessária à implantação ou ampliação pretendidas;
- II - concessão de uso e doação de imóveis para instalação ou ampliação, em locais adequados;
- III - permuta de imóveis em atendimento à solicitação de empresas já existentes, desde que obedecidos as demais exigências legais;
- IV - isenção de tributos municipais;
- V - apoio à formalização de Micro Empresários Individuais (M.E.I);
- VI - elaboração de projetos e serviços de consultoria;
- VII - Instalação de rede de água e de energia elétrica
- VIII - outros incentivos econômicos, quando o empreendimento for considerado de relevante interesse para o Município
- IX - colaboração, mediante convênios, com órgãos ou instituições federais e estaduais e entidades privadas de pesquisa, assessoramento técnico e empresarial;
- X - colaboração na capacitação de trabalhadores, mediante convênio com as empresas interessadas e entes públicos ou privados de aprendizagem industrial e formação técnica;
- XI - colaboração na execução de projetos de proteção ambiental, mediante convênio de mútua colaboração com órgãos federais e estaduais, empresas e entidades ou instituições universitárias.
- XII - outros, na forma de lei específica.

Parágrafo Único - A concessão dos incentivos previstos nos incisos II, III, IV, VIII, X, XI e XII deste artigo, deverá ser outorgada por meio de lei autorizativa específica.

Art. 5º - Os incentivos e estímulos somente serão concedidos aos projetos que comprovadamente gerarem ganho social e novos empregos, devendo o Poder Executivo, no momento do envio do Projeto de Lei ao Legislativo, anexar o escopo do projeto apresentado pelo empreendedor em que conste o número de empregos gerados com a aprovação dos incentivos concedidos.

Art. 6º - Os benefícios previstos nesta Lei serão concedidos com observância dos seguintes princípios e condições:

§ 1º - no caso de concessão de direito real de uso e doação de imóvel, sempre com cláusula de resolução ou reversão, a mesma deverá ser aplicada, se, a



Prefeitura do Município de Cantagalo

ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Cidreira, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

Empresa não se instalar na forma do projeto aprovado, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, ou se cessar suas atividades transcorridos menos de 1 (um) ano, contados do início do seu funcionamento;

§ 2º - a execução de serviços de aterro, terraplanagem, transporte de terras e outros similares, não será onerosa ao investidor, observando a disponibilidade de recursos e condições financeiras do município;

§ 3º - o fornecimento, cessão de uso ou doação de bens somente ocorrerão quando destinados à instalação e funcionamento da atividade pretendida;

4º - a isenção fiscal poderá ser concedida relativamente aos seguintes Tributos:

- a) Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, incidente sobre o imóvel destinado ao funcionamento da atividade;
- b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, quando a atividade incluir prestação de serviços tributáveis por esse Imposto;
- c) Taxas relativas à aprovação do projeto, licença de localização, vistoria, fiscalização e coleta de lixo.

§ 1º Na hipótese de venda subsidiada, será determinado o valor de mercado do imóvel e o valor do subsídio, e, em caso de não cumprimento das obrigações por parte da empresa, esta deverá efetuar o pagamento do valor correspondente ao subsídio com correção monetária pelo IGP-M da FGV, acrescido de 1% (um por cento) ao mês sobre o valor da avaliação a partir da data do contrato de promessa de compra e venda, ficando-lhe ressalvada a faculdade de devolução do imóvel com as benfeitorias, sem direito à restituição do valor pago e a indenizações.

§ 2º Na hipótese de concessão de direito real de uso ou de doação, a resolução ou reversão dar-se-ão sem direito a qualquer indenização pelas benfeitorias construídas, cujo valor será considerado como remuneração pelo uso do imóvel.

Art. 7º - Na hipótese de concessão de direito real de uso e doação, a resolução ou reversão dar-se-ão sem direito a qualquer indenização pelas benfeitorias construídas, cujo valor será considerado como remuneração pelo uso do imóvel.

Art. 8º - Os incentivos fiscais terão sua duração determinada com base na criação de empregos diretos, em função das quais a empresa poderá gozar das isenções do IPTU, ISSQN e taxas:

- a) por 1 (um) ano se contar com 3 (três) até 5 (cinco) empregados;
- b) por 2 (dois) anos se contar com 6 (seis) até 10 (dez) empregados;
- c) por 4 (quatro) anos se contar com 11 (onze) até 15 (quinze) empregados;



Prefeitura do Município de Cantagalo

ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

- d) por 6 (seis) anos se contar com 16 (dezessete) até 20 (vinte) empregados;
- e) por 8 (oito) anos se contar com 21 (vinte e um) até 25 (vinte e cinco) empregados;
- f) por 10 (dez) anos se contar com mais de 26 (vinte e seis) empregados.

Art.9º - As empresas deverão comunicar por escrito, anualmente o número de empregados a seu serviço conforme comprovação do CAGED (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) informativo este do mês que a empresa estiver fazendo um ano de instalação na cidade de Cantagalo e consequentemente em todos os anos que estiver instalada e amparada pelos incentivos da referida lei, sendo que o Poder Executivo Municipal, efetuará a fiscalização de cumprimento do dispositivo do artigo anterior, e em caso de descumprimento efetuará o levantamento e cobrança da diferença de tributo disso decorrente.

Art. 10 - Os incentivos serão concedidos à vista de requerimento da pessoa jurídica, instruído com os seguintes documentos:

- I - cópia do ato ou contrato de constituição da empresa e suas alterações, devidamente registrados na Junta Comercial do Estado;
- II - prova dos registros ou inscrições no cadastro fiscal do Ministério da Fazenda, Secretaria da Fazenda Estadual e do Município de sua Sede;
- III - prova de regularidade quanto a:
 - a) tributos e contribuições federais;
 - b) tributos estaduais;
 - c) tributos do Município de sua sede;
 - d) contribuições previdenciárias;
 - e) FGTS.
- IV - projeto circunstanciado do investimento que pretende realizar, compreendendo seu cronograma, instalações, produção inicial estimada, projeção do faturamento mínimo, a serem gerados, prazo para o início da atividade e funcionamento regular do empreendimento;
- V - projeto de preservação do meio ambiente e compromisso formal de recuperação dos danos que vierem a ser causados, no caso de indústria;
- VI - certidão negativa judicial e de protesto de títulos da Comarca a que pertence o Município em que a empresa interessada tiver a sua sede.

Art. 11 - O requerimento de que trata o Artigo 12º deverá ser acompanhado, ainda, de memorial contendo os seguintes elementos:

- I - valor inicial do investimento;



Prefeitura do Município de Cantagalo

ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Cidreira, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

- II - área necessária para instalação e outras solicitações que a empresa entender necessárias à implantação do projeto;
- III - absorção inicial direta e indireta de mão de obra e sua projeção futura;
- IV - procedência de matéria-prima;
- V - viabilidade de funcionamento regular; VI – produto a ser elaborado;
- VII - objetivos e metas a serem atingidos com o empreendimento;
- VIII - atestado de idoneidade financeira fornecidos por instituições bancárias;
- IX - demonstrativo das disponibilidades financeiras para aplicação no investimento proposto;
- X - outros informes que venham a ser solicitados pela Administração Municipal.

Art. 12 - As espécies de auxílio material a serem concedidos, dependerão do interesse público que ficará comprovado pela análise dos elementos referidos nos Artigos 12º e 13º.

Art. 13 - O Poder Executivo, após as manifestações dos órgãos técnicos e da Procuradoria Geral do Município, decidirá sobre o pedido e elaborará Projeto de Lei ao Poder Legislativo para autorizar a concessão dos incentivos definidos.

Art. 14 – No caso de doação de imóvel, tendo o donatário cumprido todas as condicionantes estabelecidas e promovido o funcionamento das atividades pelo período de 5 (cinco) anos, este passará a constituir propriedade plena do donatário.

§ 1º - Em caso de doação de imóvel, a respectiva escritura será celebrada com cláusula de reversão, assegurando o retorno do bem ao Município em caso de descumprimento das obrigações contraídas pela donatária, conforme previsto no artigo 17, § 4º, da Lei nº. 8.666/93.

§ 2º - Caso o donatário oferte um número superior a 30 (trinta) empregos diretos e necessite oferecer o imóvel em garantia de financiamento destinado a ampliação e desenvolvimento estrutural da empresa, a cláusula de reversão e demais obrigações serão garantidas por hipoteca em segundo grau em favor do município.

§ 3º - Caso o donatário realize um investimento correspondente a 2 (duas) vezes o valor dos incentivos concedidos pelo município, este poderá realizar a transferência do bem no ato da promulgação da lei de incentivos, sem prejuízo à cláusula de reversão se não cumpridas todas as exigências, condicionantes e obrigações contraídas pelo período de 5 (cinco) anos.



Prefeitura do Município de Cantagalo

ESTADO PARANÁ

CNPJ 78.279.981/0001-45
Rua Cinderela, 379 - Centro - CEP: 85160-000 - Fone: 42 3636-1185

Art. 15 - O Município deverá assegurar-se no ato de concessão de qualquer dos benefícios previstos nesta Lei, do efetivo cumprimento, pelas empresas beneficiadas, dos encargos assumidos, com cláusula expressa de revogação dos benefícios no caso de desvio da finalidade inicial e do projeto apresentado, assegurado o resarcimento dos investimentos efetuados pelo Município.

Art. 16 - Terão prioridade as concessões e benefícios previstos nesta lei as empresas que gerarem maior número de empregos, seguido pelo ganho ambiental, que não ocasionem degradação e significativa relevância social de sua atividade.

Parágrafo Único - Nenhum estabelecimento incentivado nos termos desta Lei poderá ser implantado e entrar em funcionamento sem o devido licenciamento ambiental, exceto aqueles que, pelas características da atividade não exigir tal providência.

Art. 17 - As concessões deverão observar o ordenamento limitações estabelecidas no Plano Diretor de Uso e Ocupação do Solo para o zoneamento urbano;

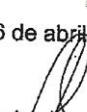
Art.18 - As empresas que forem beneficiadas pelos incentivos do PROMIDEC, devem reservar, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas de trabalho ao primeiro emprego.

§ 1º A percentagem de que trata o caput deste artigo deve ser garantida pelo período mínimo de 2 (dois) anos, a partir da data de concessão do incentivo.

§ 2º Compreende-se por primeiro emprego aquele destinado a todas as pessoas que não tenham experiência profissional comprovada em carteira de trabalho ou por contrato de prestação de serviços, independente da idade, salvo restrição legal.

Art. 19 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cantagalo, 06 de abril de 2.017.


JAIR ROCHA DA SILVA
Prefeito Municipal

-aceSse

Prefeitura do Município de Catingá
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Av. Presidente Vargas, 100 - Centro - CEP 59300-000 - Catingá - RN
Fone: (84) 3222-1000 / Fax: (84) 3222-1001 / E-mail: precat@pop.com.br

Lei nº 001 de 23 de março de 2017.

**BOMBA CONDUITE REVISÃO GERAL
NORMATIVA VENDEMAIS
CÁLCULO DE PREÇO BÁSICO
DOS SERVIÇOS DE
GÁS NATURAL PARA CANTAO-
LAR E DA OUTRAS UNIDADES**

Fazendo saber que o Câmara Municipal de Catingá, Estado do Paraná, autorizou, a Dr. Pedro, presidente e seu regimento, que:

Art. 1º - Fica criado, com período de validade similar ao estabelecido em 4.035 (quatro mil trezentos e sessenta e cinco) dias, o reajuste salarial dos servidores da Câmara Municipal de Catingá/RN.

Art. 2º - O índice reajustador para o art. 1º desta lei referente ao salário de vinhedo da categoria - Vereador - Mínimo de Preços em comissão no BDI - Bônus de Desempenho Individual e Estatística, observando os perícios da mesma, de 2016 a revisão de 2017.

Art. 3º - O reajuste reajustado está anexado no Anexo X do Anexo 07 da Constituição Federal.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de março de 2017, sempre que disponíveis em convésio.

Catingá, 23 de março de 2017.

JANUARIA DE SILVA
Prefeita Municipal

Prefeitura de Municipal de Contagem
ESTADO DE MINEIRAS

Jair Rodrigues da Silva
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Contagem
ESTADO DE MINEIRAS

Jair Rodrigues da Silva
PREFEITO MUNICIPAL

Carta à Câmara Municipal de Contagem, Estado de Minas Gerais.

Art. 1º - Olá! Existe um problema que preciso resolver, querendo assim o brinco de toda a documentação no Poder Legislativo Municipal.

Art. 2º - O Interessado Municipal poderá requerer a presente Lei para que seja resolvida a questão.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Carregado, De 06 de abril de 2.017.

JAIR RODRIGUES DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura do Município de Catingá
ESTADO RIO GRANDE DO NORTE
Av. Presidente Vargas, 100 - Centro - CEP 59.300-000 - Catingá - RN
Fone/Fax: (84) 3222-1000 - Telefax: (84) 3222-1001 - E-mail: precat@pop.com.br
Edital de Convocação para o Processo Seletivo Simplificado nº 01/2010
§) por 04 (quatro) anos se contar com 16 (dezesseis) ou mais 20 (vinte) anos imputados;
§) por 05 (cinco) anos se contar com 21 (vinte e um) ou até 23 (vinte e três) anos;
§) por 10 (dez) anos se contar com mais de 25 (vinte e cinco) anos; e
Art. 5º - As despesas decorrentes da execução, assim como o manejo das respectivas contas, serão de responsabilidade da Administração Pública Municipal de Catingá e Despesas e Desempregado) informando não só de que a empresa é responsável por aquisição de insumos destinados à elaboração e confeccionamento em bens e serviços destinados ao seu uso e consumo interno da referida entidade, sendo que o Poder Executivo Municipal, efetuará a contratação direta da fornecedora, respeitando os critérios de desempenho estabelecidos no levantamento e elaboração de Itabu
Art. 12 - Os licenciados serão concedidos a licença de repouso da pessoa, mediante suas condições:
1 - seja o ato ou contrato de conclusão da empresa e suas alterações;
2 - seja o ato ou contrato de término da empresa;
3 - seja o prazo ou prazo de inexigibilidade no contrato de sua Seda;
4 - seja o prazo de retenção de seu nome;
5 - seja o prazo de retenção de seu nome;
6 - seja o término de seu nome;
7 - seja o término de seu nome;
8 - seja o término de seu nome;
9 - seja o término de seu nome;
10 - seja o término de seu nome;
11 - seja o término de seu nome;
12 - seja o término de seu nome;
13 - seja o término de seu nome;
14 - seja o término de seu nome;

Prefeitura Municipal do Município de Cantagalo
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
Nº 09-209 Série da data de 06 de Março de 2017, nº 047 Relatório de
Atividades Administrativas - 2016
Poder Executivo - Município de Cantagalo - RN
Fone: 42- 3646-1163 na sala de Leitura; Chacrinha Pública, Cadeia
Pública, Fazenda, Poder Judiciário, Poder Legislativo, Poder Executivo, Poder
Comunitário, publicidade ou marketing, para integrar o
julgamento das prestações de contas, conforme o disposto no artigo 1º, parágrafo único, da Lei nº 10.826/04.
O Edital e seu anexo podem ser retirados na sede da
Prefeitura Municipal, ou endereçado via e-mail (junto à Divisão de
Cantagalo), 17 de abril de 2017.

Jairo Ribeiro da Silva
Prefeito Municipal

ASSINATURA INICIAL MECÂNICA
TÉCNICO-POLÍTICO

M.Ribeiro da Silva (Assinatura)

09/04/2017 (Data da assinatura)

Art. 11 - O requerimento de que trata o artigo 12º deve ser acompanhado, juntamente com a documentação que comprove as seguintes elementos:
I - local e nível da investição;

II - área necessária para implantação e outras indicações que a mesma demandar;

III - descrição detalhada da estrutura física de obra e sua proposta futura;

IV - procedência de matérias-primas;

V - projeto de engenharia e orçamento (apresentado a preços de fabricante);

VI - objetos e suas partes simples com o empregado;

VII - descrição das instalações e equipamentos que serão utilizados;

VIII - demonstrativo das estimativas financeiras para aplicação do investimento proposto;

IX - outras informações que venham a ser solicitadas pela Administração Municipal.

Art. 12 - Os resultados de muitos estudos e seriam corroborados, dependendo da natureza da investição, que devem ser submetidos ao presidente da Comissão Ad Hoc ou à Comissão de Licenciamento.

Art. 13 - O Poder Executivo, após as manifestações dos órgãos Municipais e da Procuradoria Municipal, decidirá sobre o pedido e adotará Projeto de Lei para Legislação que autorize e conceda os novos direitos.

Art. 14 - Não se caso de dúvida, é vedado o desvio, falso ou doloso quanto aos condicioneis estabelecidos e permanecendo as autorizações ainda pendentes, a não ser que o Poder Executivo, por meio de decreto, comete perniciosa omissão ou erro grave.

Art. 15 - Caso de dúvida de Juiz, é vedada a execução sem estudo comum de recurso, reassessamento e pedido de recurso ao Município no caso de dúvida, e, se não houver recurso, o Juiz poderá, de ofício, determinar que seja feito o exame de recurso.

Art. 16 - Caso de dúvida sobre o resultado de um processo, é vedado o uso da vaga ou da conciliação conciliatória, nem poderá mudar a tensão de bens de modo de pronunciamento da lei incriminada, sempre prezando a ordem social, a segurança pública e a proteção dos direitos fundamentais, respeitando os direitos humanos e garantindo a efetividade das condicioneis contratuais pelo período de 3 (três) anos.

Art. 17 - O Município deverá desaparecer se não se decorrer de qualquer período de 3 (três) anos, de ofício ou por despacho, pelo emprego das beneficiárias, das empresas e das entidades que receberam as autorizações das benfeitorias ou que se desviam da finalidade inicial e de prazo apresentados, ou que sejam consideradas imprudentes ou perniciosas.

Art. 18 - Toda pretensão de cassar ou devidamente proceder-se a si em empresas que gerem indenização de emprego, exigido pelo pacto beneficiário, só pode ser reconhecida e julgada irreversível quando sujeita a provas de que:

Parágrafo único - Neste estabelecimento instituído dentro da Lei de Criação da Comissão de Licenciamento, o presidente da Comissão, quando considerar que, pelas características de trabalho não exige tal provas, poderá dispensá-las.

Art. 19 - As concessões dentro de empresas e estabelecimentos instituídos estejam no Poder Executivo a cargo da Chancelaria do Poder Executivo, devendo ser realizadas as seguintes diligências:

são conferidas por Lei, talvez pública e administrativa e homologação de
Decreto-lei nº 128/1943, que tem por objeto a contratação de empresas para
execução de serviços de construção civil, estradas, ferrovias, portos, canais, portos
e hidráulica de engenharia, para servir ao interesse público, com o resultado exaurido
de todos os bens e serviços que sejam necessários.

MARIN ASTAFETAS DE CONCEITOS/ETC, com o valor de R\$
2.500,00 (dois mil quinhentos e quatro reais e
cinquenta e seis centavos).

Cantagalo, 05 de abril de 2017.

Jorge Henrique da Silva
Prefeito Municipal

Prefeitura do Município de Cantagalo
ESTADO: RIO GRANDE DO NORTE
Nº Cadastral: 001-000000000000-00
DRE: 001-000000000000-00
CNPJ: 95.691.652/0001-05
CONTRATO Nº 02/2017
TOMADA DE PREÇO N°02/2017

EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

CONTRATO DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E CONCEVIO LTDA-EPP
CNPJ: 09.591.652/0001-05
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO, ENTIDADE PÚBLICA, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS
EM CONSTRUÇÃO DE PÓSITA E SUMIDORRO, CAIXA DE GOIABA X
VALOR CONTRATUAL:
R\$ 2.500,00 (dois mil quinhentos e quatro reais e
cinquenta e seis centavos).

Contrato nº 02/2017 e Unifor nº 02/2017

Cantagalo, Paraíba
05 de abril de 2017.

Jorge Henrique da Silva
Prefeito Municipal
CPF: 001-781.049-24

Prefeitura do Município de Cantagalo
ESTADO: PARÁ
Nº Cadastral: 001-000000000000-00
DRE: 001-000000000000-00
CNPJ: 09.591.652/0001-05
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 22/2017-PRC
RATIFICAÇÃO

O Prefeito Municipal, no uso das suas competências legais e com base
nas necessidades, instituiu Decreto nº 001/2017, norma Básica à
Ordem Pública, para proceder, de forma direta, a contratação
de fornecimento de material de construção para a realização
do Projeto de Construção de Póssita e Sumidorro, Caixa de Goiaba X
da Prefeitura Municipal de Cantagalo, a favor da empresa ACTARIA ASSOCIADOS
LTD, com sede na Rua São João, nº 100, Centro, CEP 65.300-000, no
município de Cantagalo, Paraíba, com o valor total de R\$ 2.500,00 (dois mil quinhentos Reais),
nos termos da legislação vigente.

Cantagalo, 05 de abril de 2017,

Jorge Henrique da Silva
Prefeito Municipal

193

Prefeitura do Município de Cantagalo
CEP 26140-000 - Rio das Ostras
GARIBOLDI, 127 - Centro - RJ - Fone/Fax: (22) 2746-1100
Rua Chaves, 270 - Centro - RJ - Fone/Fax: (22) 2746-1100
L.EI Nº 893 de 06 de Abril de 2017.

Art. 3º - O PRONAMDEC não terá obrigatoriedade para aprovar projeto de incentivo industrial, poderá conceder incentivos destinados à instalação de novas indústrias, a transferência, ampliação ou criação de fábricas já existentes e ao crescimento das existentes indústrias.

Art. 18 - As empresas que forem beneficiadas pelos incentivos do PROMIDEC, devem reservar, no mínimo, 10% (dez por cento) das vagas de trabalho no próximo ano.

Prefeitura do Município de Cantagalo
ESTADO PARANÁ

Art. 7º Este decreto permanece em vigor na vila de São Pedro do Sul, reiniciando as competências em conformidade.

<p>ART. 1º A parceria entre o Estado e o capº distrito deve ser garantida pelo Poder Executivo, de modo que seja respeitado o direito à autonomia.</p> <p>ART. 2º Conceder-se-á ao prefeito municipal o direito de nomear e nomear os que lhe tenham experiência profissional demonstrada em círculos de governo, comprovada por diplomas de graduação ou profissão, presidente da mesa, reunião religiosa etc.</p> <p>ART. 3º São feitas em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.</p>
<p>Cataguases, 06 de abril de 2017.</p> <p style="text-align: right;">JANIR ROQUE DA SILVA Prefeito Municipal</p>
<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO ESTADO DO PARANA CNPJ: 04.717.988/0001-01</p> <p style="text-align: right;"><i>Comunicação para licitação</i> <i>Adm. 001/2017</i></p>
<p>PORTRARIA N° 024/2017 - RH</p> <p>O Prefeito Municipal de Cataguases, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,</p> <p>Art. 1º - PRÉSTAVEL: Licença para tratamento de Saúde, conforme art. 5º do Decreto Municipal nº 10.000, de 10 de outubro de 2017, mediante pedido formal perante à Sra. MARIA GOMES DA SILVA, Assessora Administrativa da Secretaria de Administração. O qual é de prazo não definido (até o retorno).</p> <p>Art. 2º - Esta Portaria vigora na data de seu constado, respeitada as regras de contagem.</p> <p>Art. 3º - Pólitica: e a seguir:</p> <p>Gabinete do Prefeito Municipal de Cataguases, 17 de Abril de 2017.</p> <p style="text-align: right;">Janir R. da Silva Prefeito Municipal</p>
<p>PREFEITURA MUNICIPAL DE CANTAGALO ESTADO DO PARANA CNPJ: 04.717.988/0001-01</p> <p style="text-align: right;"><i>Comunicação para licitação</i> <i>Adm. 001/2017</i></p>
<p>PORTRARIA N° 025/2017-RH</p> <p>O Prefeito de Município de Cataguases, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais,</p> <p>RESOLVE</p> <p>ART. 1º - CONCEDER licença para Repouso e Convalecimento ao Oficial Sec.º II, da Arma 41, do 1º Batalhão de Engenharia, da 1ª Divisão de Engenharia, da 1ª Brigada Willame, matrícula nº 12915. Professor de quarto de Prevenção Social, da Escola Municipal de Ensino Fundamental nº 01, de Cataguases.</p> <p>Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de seu constado, revogando o nº 04/2017.</p> <p>Gabinete do Prefeito Municipal de Cataguases, 13 de Abril de 2017.</p>

CONTRATO DE LICITAÇÃO MCTB/2017
CONTRATO PARA PUBLICAÇÃO
CONTRATADA:
PRESTADORA DE SERVIÇOS TECNOLÓGICAS AVAISOLAR LTDA-ME
CNPJ: 21.618.540/0001-90
VALOR MÍNIMO DA PRESTAÇÃO: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais)
PERÍODO DE EXECUÇÃO: 05/04/2017 a 04/04/2018
LOCAL DE EXECUÇÃO: **Portaria**
Localização: **Cantagalo, RJ**
Contratado: 05 de abril de 2017.

RAFAELA SILVA
Prefeito Municipal

Prefeitura do Município de Cantagalo
ESTADO RÂNIA
Rua Doutor José Góes, 100 - Centro - CEP 26.300-000 - Fone: (21) 2666-1382

LICITAÇÃO MODALIZADA PREÇO FIXO / 29 / 2017 - PNC
PROJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO
Preferência Municipal de Cantagalo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público a homologação do procedimento licitatório nº 001/2017, intitulado: "LICITAÇÃO MODALIZADA PREÇO FIXO / REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTOS AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO: OLEOS HIDRÁULICOS, GRAXAS E FILTROS, LUBRIFICANTES E ACESSÓRIOS PARA MÁQUINAS".

D. 1. NOTIFICA E CITA: A licitação mencionada no item 01, nos artigos 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, na sede da SEDUR, ou no endereço: Rua Doutor José Góes, 100 - Centro - CEP 26.300-000 - Fone: (21) 2666-1382, entre 08:00 e 17:00 horas, de segunda a sexta-feira, e nos dias 09, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, perfazendo um total de 85 (oitenta e cinco) dias úteis, contados da publicação da edital de abertura e término para apresentar e entregar os envelopes.

Contratado: 06 de abril de 2017.

Jaír Rechá da Silva
Prefeito Municipal

Prefeitura do Município de Cantagalo
ESTADO RÂNIA
Rua Doutor José Góes, 100 - Centro - CEP 26.300-000 - Fone: (21) 2666-1382

LICITAÇÃO MODALIZADA PREÇO FIXO / 31 / 2017 - PNC
HOMOLOGAÇÃO
Preferência Municipal de Cantagalo, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, torna público a homologação do procedimento licitatório modalizado Preço Fixo nº 001/2017, intitulado: "LICITAÇÃO MODALIZADA PREÇO FIXO / REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTOS AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO: OLEOS HIDRÁULICOS, GRAXAS E FILTROS, LUBRIFICANTES E ACESSÓRIOS PARA MÁQUINAS".
CONTROLE AUTOMATICO LTDA - ME: veedorada no item 01 da SEDEUR, no valor de R\$ 267.260,00 (duzentos e sessenta e sete mil e vinte e sete reais), totalizando R\$ 267.260,00 (duzentos e sessenta e sete mil e vinte e sete reais).

MARTINS E CIA LTDA EP: veedorada no item 04 da SEDEUR, no valor de R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais), totalizando R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).

LEIS VENDES E MANUTENÇÕES LTDA - ME: veedorada no item 02 da SEDEUR, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), totalizando R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

ATUAÇÃO CINTURA PEÇAS PARA MÁQUINAS LTDA: veedorada no item 03 da SEDEUR, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Contratado: 10 de abril de 2017.